



CIDADES INTERMEDIÁRIAS DA AMAZÔNIA LEGAL

**Belém - PA
2019**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PRESIDENTE

Jair Messias Bolsonaro

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

MINISTRO

Gustavo Henrique Rigodanzo Canuto

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – SUDAM

SUPERINTENDENTE

Paulo Roberto Correia da Silva

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS

Paulo Roberto Correia da Silva - substituto

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo Roberto Correia da Silva - substituto

**DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, DE INCENTIVOS FISCAIS E DE ATRAÇÃO DE
INVESTIMENTOS**

Marly Vieira Miranda

**COORDENAÇÃO-GERAL DE ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS DE
DESENVOLVIMENTO**

Flávio Rodrigo Reis Blanco

**COORDENAÇÃO DE ELABORAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS E
PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO**

Benedito Barros Caldas – substituto



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS**

CIDADES INTERMEDIÁRIAS DA AMAZÔNIA LEGAL

Belém – Pa

2019

2019 © Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM
Tv. Antônio Baena, 1113 – Marco. Belém – Pará – Brasil
CEP: 66.093-082
cgeap@sudam.gov.br
www.sudam.gov.br

EQUIPE TÉCNICA

Adilton Pereira Ribeiro - Geógrafo

REVISÃO

Benedito Barros Caldas

NORMALIZAÇÃO: Biblioteca da Sudam

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.

Cidades Intermediárias / Superintendência do Desenvolvimento da
Amazônia. – Belém, 2019.

18 f.

1. Desenvolvimento Urbano – Amazônia. 2. Cidades Intermediárias -
Amazônia I. Título.

CDU – 711.4(811)

SUMÁRIO

Apresentação.....	5
1 Introdução.....	7
2 Conceituando Cidades Intermediárias.....	8
3 Dificuldades metodológicas para a definição das Cidades Intermediárias.....	9
4 Procedimentos metodológicas para a definição das Cidades Intermediárias.....	12
5 Cidades Intermediárias da Amazônia Legal.....	14
Referências.....	17

APRESENTAÇÃO

Este documento técnico se refere à proposição, para fins de planejamento de políticas públicas, das Cidades Intermediárias da Amazônia Legal como aqueles espaços que reúnem características socioeconômicas e de conexão capazes de consolidar e disseminar os efeitos do desenvolvimento em escala local e intrarregional.

Trata-se de um documento complementar ao Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA 2020-2023 que objetiva a redução das desigualdades socioeconômicas nas escalas inter e intrarregionais com geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população. Esta proposição reconhece o território, em particular as cidades intermediárias, como uma das escalas geográficas prioritárias das ações de planejamento e de atuação de políticas públicas na Amazônia Legal. Assim, em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR busca-se consolidar uma rede policêntrica de cidades em apoio à desconcentração e à interiorização do desenvolvimento regional.

O documento inicia com a definição, para fins dessa proposição, do conceito de Cidades Intermediárias tendo em vista as especificidades das cidades e do urbano na Amazônia Legal. Também se destaca o caráter estratégico dessas cidades no planejamento de políticas públicas que visem o desenvolvimento da região.

O tópico seguinte aponta os principais desafios e dificuldades metodológicas para a definição e seleção das Cidades Intermediárias, em decorrência da complexidade do fenômeno urbano na Amazônia. Depois, são explicitados os principais critérios e procedimentos metodológicos adotados para a definição das Cidades Intermediárias da região. Em seguida, são elencadas as cidades que são ou possuem potencial de serem consideradas intermediárias para fins de planejamento e priorização de políticas públicas na Amazônia.

Paulo Roberto Correia da Silva
Superintendente da Sudam

1 Introdução

A Sudam, sendo a autarquia federal responsável pela política de desenvolvimento na Amazônia Legal, tem o dever de contribuir com proposições que levem em consideração as especificidades e as desigualdades intrarregionais, bem como a implementação das políticas públicas que garantam o desenvolvimento socioeconômico regional, de acordo com a finalidade da Instituição que é “promover o desenvolvimento incluyente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional”, expressa no art. 3º da Lei Complementar nº 124, de 03 de janeiro de 2007.

Por outro lado, buscando um nível de desenvolvimento mais justo e equilibrado entre as demais regiões do País e entre as próprias sub-regiões amazônicas, o Plano Regional de Desenvolvimento Amazônia (PRDA) 2020-2023, em seu processo de concepção, adotou como um de seus fatores norteadores o adensamento dos serviços em cidades intermediárias que possuam capacidade de irradiar os benefícios para outras áreas.

Neste sentido, o presente documento apresenta uma proposição de cidades intermediárias para atuação prioritária das ações de planejamento e de políticas públicas para a Amazônia Legal. O recorte proposto busca refletir a realidade regional a partir das características da rede urbana amazônica, seus fluxos e conexões, não apenas os modernos relacionados aos eixos de integração rodoviária, mas também as articulações decorrentes dos eixos de transporte pioneiros de integração e que ainda perduram em grandes porções do espaço regional: os fluxos fluviais.

2 Conceituando Cidades Intermediárias

As cidades intermediárias, para fins desta proposta, são entendidas como espaços de relações entre cidades e entre cidades e regiões estruturadas em nós e fluxos, caracterizando-se como ponto de encontro e passagem obrigatória. Essas cidades atuam como unidades de atração dos pequenos centros urbanos, intermediação entre seu entorno e os grandes centros, recebendo e emanando fluxos materiais e imateriais, bem como, fornecendo serviços e produtos que as pequenas cidades não dispõem.

Trata-se de um olhar que valoriza aspectos qualitativos e reticulares, ou seja, a função que a cidade cumpre na estruturação do território, pois é através dela que produção, circulação e consumo se realizam efetivamente. Nesse contexto, as cidades intermediárias na Amazônia não devem ser definidas pelos esquemas clássicos de cidades médias que levam em consideração aspectos quantitativos, relacionados diretamente à dimensão demográfica associada com uma lógica funcional.

Dessa forma, diferentemente de alguns estudiosos que consideram similares as denominações centros intermediários, cidades médias, cidades de porte médio, centros urbanos médios, cidades de posição intermediária na hierarquia urbana brasileira e cidades de extrato médio, considera-se, portanto, cidades intermediárias aquelas que se colocam num intervalo da hierarquia urbana entre as principais cidades regionais e as cidades locais, podendo ou não assumir importância regional. Assim considerando, toda cidade média é uma cidade intermediária, mas nem toda cidade intermediária pode ser considerada cidade média (TRINDADE JR., 2012).

Em suma, a definição de agregados espaciais com centralidade das ações nas cidades intermediárias, considerando-se estas como aquelas cidades polo de maior desenvolvimento, com poder de atrair e espriar negócios às cidades circunvizinhas, têm como vantagem o estabelecimento de uma unidade fundamental, um nó, a partir do qual o desenvolvimento pode ser transbordado para escalas territoriais mais amplas. Assim, as cidades intermediárias caracterizam-se como elementos estratégicos no estabelecimento de redes urbanas equilibradas e motores do processo de desenvolvimento regional.

Importante ressaltar ainda que na Amazônia, as cidades sempre foram a base logística para o controle estratégico do território e para a exploração econômica da região. Hoje cabe às cidades antecipar o novo padrão de desenvolvimento regional baseado na combinação do uso não predatório do patrimônio natural com serviços tecnologicamente avançados nelas sediados para conexão intrarregional e internacional (CGEE, 2009).

3 Dificuldades metodológicas para a definição das Cidades Intermediárias

Qualquer proposta de regionalização apresenta certo grau de arbitrariedade, pois se trata de estabelecer recortes espaciais, seja como simples procedimento metodológico ou instrumento de análise proposto pelo pesquisador, que garantam coesão e coerência interna à região, envolvendo as múltiplas dimensões do espaço geográfico.

Na Amazônia, as cidades e o urbano apresentam outros contornos e características (sociais, econômicas, demográficas) que diferem do restante do País. A frequência e intensidade dos fluxos sejam eles fluviais, rodoviários e informacionais, também se espacializa de forma diferenciada e as escalas espaciais da região são bastante distintas. Isso porque, no Nordeste da Região e ao longo do “arco rodoviário” que corta toda a porção meridional e oriental Amazônica, as cidades parecem estar organizadas de forma similar à atual conformação dos centros urbanos no Centro-Sul do País. Entretanto, o mesmo não ocorre em outras porções do território, pois em grande parte do espaço regional, como na Amazônia Ocidental e na Ilha de Marajó, a ligação com os rios e com a floresta marca a dinâmica das cidades aí localizadas. Portanto, entender o urbano na Amazônia, que muitas vezes, não apresenta uma clara distinção do rural (inclusive muitos municípios concentram a maior parte de suas populações na área rural), perpassa pela consideração de toda esta heterogeneidade, configurando, assim, um dificultador a mais para o estabelecimento de recortes regionais.

Outro desafio está relacionado às características do fenômeno urbano e da rede urbana na Amazônia, pois segundo Ribeiro (1998) na região há uma simultaneidade de redes, na qual cada centro desempenha múltiplos papéis, de forma fragmentada e articulada, definindo diferentes fluxos. Dessa forma o urbano se expressa de forma complexa na Amazônia, pois em alguns Estados como o Pará, Maranhão, Tocantins, por exemplo, temos redes urbanas mais densas e com fluxos diversos. Já Estados como o Acre, Roraima e Amapá apresentam redes urbanas embrionárias, em alguns casos do tipo dendrítica, marcadas pela posição excêntrica e proeminente das capitais estaduais.

Esse desequilíbrio, de difícil solução, impõe a estes centros intermediários um maior leque de demandas sociais, ao contrário do que acontece com centros do mesmo porte em uma rede urbana equilibrada. Diante disso, cabe aos formuladores e gestores perceberem estas peculiaridades espaciais, no momento de organizar a oferta de serviços públicos na Região, sobretudo aqueles de natureza básica. O fato é que, as cidades intermediárias e os centros locais amazônicos estão inseridos num contexto desfavorável à aceleração dos fluxos materiais e imateriais, o que cria uma série de desequilíbrios nas cidades da floresta. Sendo assim, os planejadores devem ficar atentos a essas

peculiaridades, sobretudo nas áreas conectadas pelos principais rios da Região, uma vez que, para fins desta proposta, muitas cidades consideradas intermediárias, são pequenas no que diz respeito à sua capacidade de troca. Por outro lado, sofrem de uma grandeza virtual, já que são, necessariamente, o destino final na procura de bens e serviços por grande parte das populações que vivem nessas cidades ou nos centros locais localizados no seu entorno (SATHLER, 2012).

Parte desse desequilíbrio na rede urbana amazônica deve-se ao fato de que uma das tipologias de cidades predominantes na região são os pequenos núcleos urbanos, configurando-se como mais um elemento da complexidade para se definir o urbano e a configuração da rede urbana na Amazônia. No Estado do Pará, por exemplo, dos 144 municípios, 137 têm suas sedes como pequenas cidades.

Essa pulverização de pequenos núcleos pelo território, inclusive, dificulta a definição de cidades intermediárias, pois muitas cidades estão a grandes distâncias dos centros maiores. Na Ilha de Marajó e no Estado do Amazonas, a título de ilustração, onde praticamente a única forma de acesso é o transporte fluvial, o tempo de deslocamento entre as cidades varia de acordo com as condições naturais (vazão e profundidade dos rios, regime de marés) e o tipo de embarcação utilizada, podendo uma viagem durar de 12 horas até 20 dias ou mais. Nestas condições, a ideia do que seja intermediário assume outras proporções, devendo a definição desses recortes também levar em consideração a possibilidade de o planejamento das políticas públicas permitir a descentralização de serviços de saúde e de educação, bem como a aquisição de bens e mercadorias pela população dessas áreas mais remotas.

Outra dificuldade metodológica que se observa é o baixo grau de centralidade que apresentam as cidades amazônicas e as novas relações assumidas por essas cidades, na qual não há uma hierarquia rígida nos relacionamentos, em que um centro menor não procura um centro de nível imediatamente superior, e assim sucessivamente.

Por outro lado, considerando que na Amazônia pode-se falar em uma urbanodiversidade regional expressa não somente por diferentes tipos de cidades e pela existência de diferenciados tipos de urbanização, mas também por espaços mistos que sintetizam processos de diferentes naturezas (TRINDADE JR., 2010), a adoção das cidades intermediárias como lócus privilegiado de atuação de políticas públicas, possibilitará a conversão desses espaços em centros de serviços e equipamentos aos habitantes do mesmo núcleo urbano, bem como aqueles que residem em sua área de influência, além de interagir com amplas áreas territoriais pela capacidade de transbordamento de seu raio de atuação.

Ressalta-se ainda que em decorrência das especificidades e da complexidade do fenômeno urbano na Amazônia, há necessidade de critérios mais objetivos, qualitativos e de uma metodologia mais consistente para a definição das cidades intermediárias na região, bem como um maior

aprofundamento das discussões teórico-práticas tanto com a comunidade científica quanto com a sociedade civil organizada.

4 Procedimentos metodológicos para a definição das Cidades Intermediárias

Uma das estratégias de implementação adotadas no PRDA 2020-2023, em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) instituída pelo Decreto 9.810 de 30/05/19, que objetiva a redução das desigualdades socioeconômicas nas escalas inter e intrarregionais, com a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida da população, está assentada em uma atuação multiescalar no território. Seguindo esse princípio, uma das premissas adotadas no PRDA 2020-2023 parte da relevância das cidades como centros polarizadores com papel decisivo de desconcentração e interiorização do desenvolvimento regional.

Nesse contexto, as cidades intermediárias teriam o papel de centralização de fluxos (informacionais, financeiros, bens, serviços, etc), criação de dinamismo econômico e social e redução das desigualdades regionais. A definição, ainda que em caráter preliminar, das cidades intermediárias da Amazônia Legal levou em consideração as seguintes fontes de informação:

- Parecer Técnico CGEAP/DIPLAN nº 06/2016 com o objetivo de fazer a avaliação, revisão e ajustes na nova proposta de divisão regional do território brasileiro, especificamente nos Estados que compreendem a área de atuação da SUDAM: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins;
- Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias (2017), que estabeleceu um novo recorte regional para o país a partir do critério fundamental de estruturação da rede urbana nacional, ou seja, a forma como os centros urbanos estão funcionalmente articulados, utilizando dois recortes espaciais: as Regiões Geográficas Imediatas (RGIs) e as Regiões Geográficas Intermediárias (RGINTs);
- Estudos técnico-científicos sobre as características, especificidades e tipologias das cidades e da rede urbana na Amazônia, bem como o papel das cidades médias no contexto regional.

A partir dessas referências e considerando as especificidades da rede urbana amazônica, a definição de cidade intermediária para fins dessa proposição privilegiou os aspectos funcionais das cidades, mas sem perder de vista a relevância que a dimensão demográfica tem para a configuração das estruturas urbanas. Sintetizando, com base em Sathler, Monte-Mór e Carvalho (2009), Tourinho (2011), Schor e Oliveira (2011), Sathler (2012), Trindade Jr. (2012, 2015) e IBGE (2017), foram consideradas

como **Cidades Intermediárias**, as cidades da Amazônia Legal que apresentam as seguintes características:

- Cidades-polo das Regiões Geográficas Intermediárias, definidas pelo IBGE (2017), excetuando as metrópoles regionais (Belém e Manaus), além de São Luís, por considerar-se que elas exercem fluxos de gestão privado e público superiores e da existência de funções urbanas de maior complexidade na rede urbana regional e nacional;
- Cidades com população igual ou superior a 30.000 habitantes, por ocasião do Censo Demográfico de 2010, e que, preferencialmente, não fossem integrantes de regiões metropolitanas em processos de conurbação. Considerando que em alguns estados a rede urbana encontra-se ainda no estágio de consolidação, admitiu-se a inclusão de cidades com população inferior a 30.000 habitantes, bem como a inclusão de cidades que, mesmo fazendo parte de regiões metropolitanas, exercem a função de intermediárias entre as demais cidades e as metrópoles regionais;
- Cidades capazes de polarizar um número significativo de centros menores e articular relações de toda ordem como anteparo e suporte às metrópoles regionais, não compondo junto com estas uma unidade funcional contínua e/ou contígua;
- Cidades que possuem centralidade econômica, política e/ou socioterritorial, o que as torna nódulos importantes internamente na rede, exercendo diversas funções urbanas e contendo arranjos institucionais importantes não só para o município, mas para as cidades e municípios ao seu redor. Incluem-se aí as cidades “de fronteira” cujos papéis e dinâmicas diferem das demais, tanto em termos de perfil urbano quanto à rede da qual participam, neste caso integrando redes da Pan-Amazônia;
- Cidades que venham a atuar como facilitadores do fluxo de pessoas, mercadorias e serviços e que sejam capazes de diminuir a situação de fragilidade das redes urbanas amazônicas, em decorrência das grandes distâncias que separam as capitais das demais cidades e vilas, a carência de infraestrutura nos setores de transporte e comunicação em grandes porções do território e a grande parcela de população desprovida de recursos materiais e educacionais;
- Cidades que possam torna-se âncoras do desenvolvimento regional, por meio da implementação de políticas públicas capazes de atender as demandas sociais consideradas básicas, como acesso a bens e serviços modernos e mais sofisticados que deveriam estar disponíveis em cidades relativamente próximas, em uma rede urbana em pleno funcionamento.

5 Cidades Intermediárias da Amazônia Legal

Considerando os estudos e os dados oficiais consultados sobre a configuração da rede urbana na Amazônia, sugerem-se as cidades que são ou possuem potencial de serem consideradas intermediárias para fins de planejamento e priorização de políticas públicas na Amazônia. Tal recorte, longe de esgotar-se em si mesmo, é resultado do esforço de identificar territórios onde possam ocorrer a integração e a coordenação de políticas públicas, mas que necessita ser aprimorado com a adoção de metodologias capazes de estabelecer critérios adequados à realidade de cada Estado. Dessa forma, as cidades elencadas e espacializadas abaixo (Tabela 1 e Figura 1) representam, em um primeiro momento, espaços prioritários de planejamento e intervenção estatal, mas que podem ser revisados e complementados, inclusive com a incorporação de outras cidades que cumpram o papel de serem indutoras do desenvolvimento socioespacial de sua região de influência.

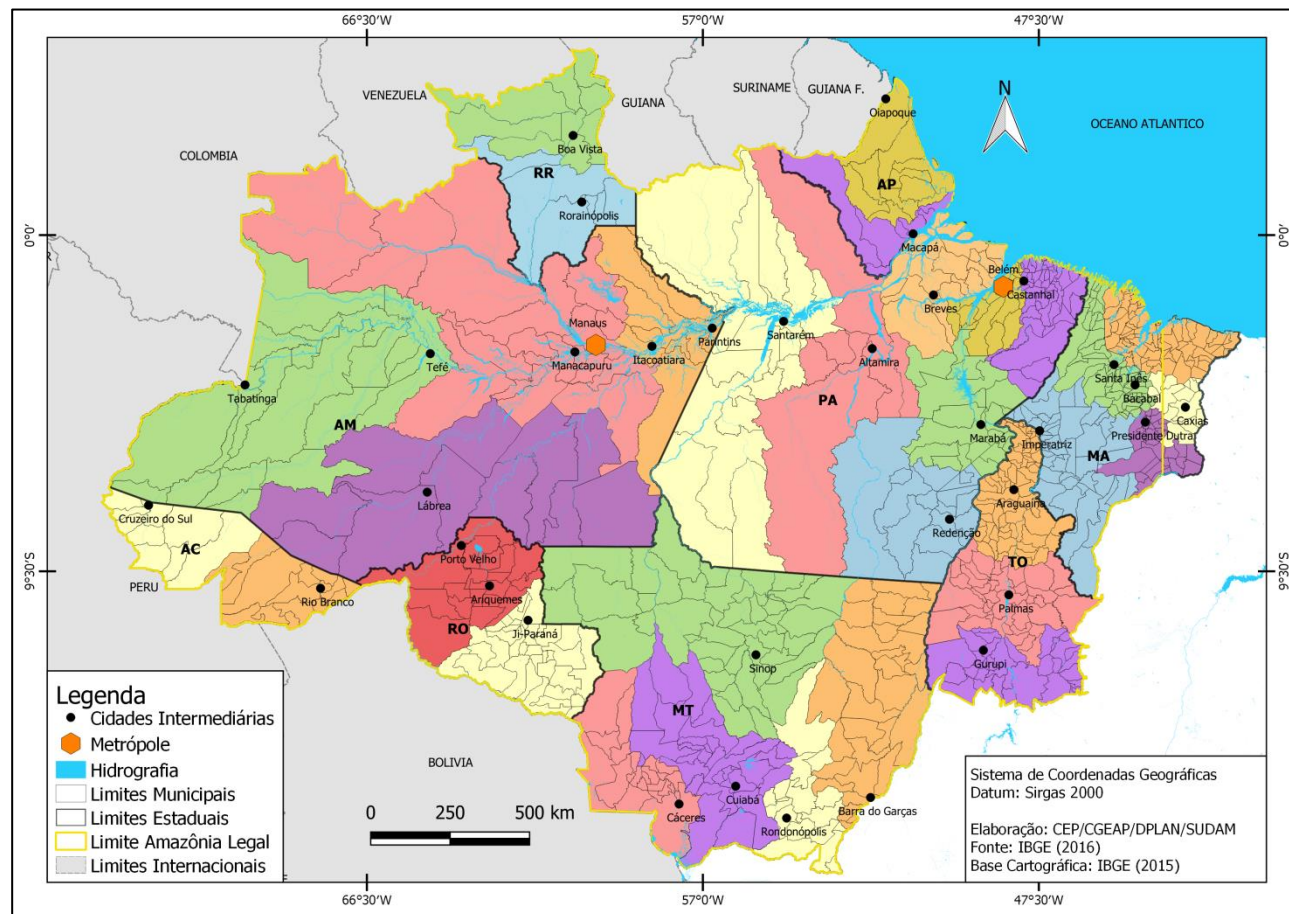
TABELA 1 – DADOS BÁSICOS DAS CIDADES INTERMEDIÁRIAS DA AMAZÔNIA LEGAL

Item	Cidade intermediária	UF	Área (km ²) 2018	População 2010			População estimada (2019)	Densidade Demográfica (hab./km ²) 2019	PIB 2016 (R\$ mil)
				Urbana	Rural	Total			
1	Cruzeiro do Sul	AC	8.779,40	55.326	23.181	78.507	88.376	10,07	1.088.626
2	Rio Branco	AC	8.834,94	308.545	27.493	336.038	407.319	46,10	8.123.182
3	Itacoatiara	AM	8.891,91	58.157	28.682	86.839	101.337	11,40	2.054.830
4	Lábrea	AM	68.262,70	24.207	13.494	37.701	46.069	0,67	433.736
5	Manacapuru	AM	7.336,58	60.174	24.967	85.141	97.377	13,27	1.241.891
6	Parintins	AM	5.956,05	69.890	32.143	102.033	114.273	19,19	1.024.890
7	Tabatinga	AM	3.266,06	36.355	15.917	52.272	65.844	20,16	414.692
8	Tefé	AM	23.692,22	50.069	11.384	61.453	59.849	2,53	650.319
9	Macapá	AP	6.563,85	381.214	16.990	398.204	503.327	76,68	9.279.790
10	Oiapoque	AP	23.034,39	13.852	6.657	20.509	27.270	1,18	353.442
11	Cacabal	MA	1.683,07	77.860	22.154	100.014	104.949	62,36	1.127.972
12	Caxias	MA	5.196,77	118.534	36.595	155.129	164.880	31,73	1.664.061
13	Imperatriz	MA	1.368,99	234.547	12.958	247.505	258.682	188,96	6.977.188
14	Presidente Dutra	MA	771,57	32.000	12.731	44.731	47.804	61,96	518.577
15	Santa Inês	MA	786,69	73.197	4.085	77.282	89.044	113,19	1.230.500
16	Barra do Garças	MT	9.079,29	50.947	5.613	56.560	61.012	6,72	1.747.385
17	Cáceres	MT	24.593,12	76.568	11.374	87.942	94.376	3,84	1.718.668
18	Cuiabá	MT	3.266,54	540.814	10.284	551.098	612.547	187,52	22.203.168
19	Rondonópolis	MT	4.686,62	118.028	7.448	125.476	232.491	49,61	9.418.111
20	Sinop	MT	3.941,96	93.753	19.346	113.099	142.996	36,28	5.117.868
21	Altamira	PA	159.533,33	84.092	14.983	99.075	114.594	0,72	2.472.773
22	Breves	PA	9.566,57	46.560	46.300	92.860	102.701	10,74	685.738
23	Castanhal	PA	1.030,26	153.378	19.771	173.149	200.793	194,90	3.602.939
24	Marabá	PA	15.128,06	186.270	47.399	233.669	279.349	18,47	7.479.675
25	Redenção	PA	3.823,81	70.065	5.491	75.556	84.787	22,17	1.644.661
26	Santarém	PA	17.898,39	215.790	78.790	294.580	304.589	17,02	4.573.180
27	Ariquemes	RO	4.426,57	76.525	13.828	90.353	107.863	24,37	2.183.383
28	Ji-Paraná	RO	6.896,65	104.858	11.752	116.610	128.969	18,70	2.991.592
29	Porto Velho	RO	34.090,95	390.733	37.794	428.527	529.544	15,53	14.741.744
30	Boa vista	RR	5.687,04	277.799	6.514	284.313	399.213	70,20	8.112.334
31	Rorainópolis	RR	33.579,74	10.673	13.606	24.279	30.163	0,90	506.132
32	Araguaína	TO	4.000,42	142.925	7.559	150.484	180.470	45,11	3.805.223
33	Gurupi	TO	1.836,09	75.000	1.755	76.755	86.647	47,19	2.034.195
34	Palmas	TO	2.218,94	221.742	6.590	228.332	299.127	134,81	8.108.595

FONTE: IBGE (2010, 2016, 2018, 2019).

A distribuição espacial, a quantidade de cidades intermediárias por estado, sua área de influência e o número de municípios que as mesmas englobam refletem as características do fenômeno urbano e da fragmentação territorial de cada porção do espaço amazônico (Figura 1). Dessa forma, em estados como Maranhão, Mato Grosso e Tocantins que apresentam elevada fragmentação territorial, as cidades intermediárias apresentam um expressivo número de municípios sob seu raio de influência. Em estados como o Acre, Roraima e Amapá que apresentam redes urbanas embrionárias, o número de municípios sob a área de influência das cidades intermediárias é menor. Por outro lado, em estados como o Amazonas e o Pará que apresentam grande extensão territorial, as cidades intermediárias polarizam áreas expressivas do território.

FIGURA 1 – REGIÕES GEOGRÁFICAS E CIDADES INTERMEDIÁRIAS DA AMAZÔNIA LEGAL



FONTE: IBGE (2017).

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Agendas para o Desenvolvimento das Macrorregiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste: subsídios para a elaboração do PPA 2020-2023. Brasília, 2018.

_____. Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 30 mai. 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9810.htm>. Acesso em: 02 set. 2019.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). **Um projeto para a Amazônia no século XXI: desafios e contribuições**. Brasília: CGEE, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=19&i=P&c=3881>>. Acesso em: 02 set. 2019.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2016. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/5938>>. Acesso em: 02 set. 2019.

_____. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

_____. **Área dos Municípios**. 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 02 set. 2019.

_____. **Estimativas da População**. 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 02 set. 2019.

RIBEIRO, M. A. C. **A complexidade da rede Urbana Amazônica**: três dimensões de análise. 1998. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 1998.

SATHLER, D. Cidades médias e redes urbanas na Amazônia Brasileira: especificidades e desequilíbrios regionais. In: Encontro Nacional da ANPPAS, 6., 2012, Belém. **Anais...** Belém: UFPA, 2012.

SATHLER, D.; MONTE-MÓR, R. L.; CARVALHO, J. A. M. de. As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia brasileira. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 11-39, jan./abr. 2009.

SCHOR, T.; OLIVEIRA, J. A. de. Reflexões metodológicas sobre o estudo da rede urbana no Amazonas e perspectivas para a análise das cidades na Amazônia Brasileira. **Acta Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, p. 15-30, 2011.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (SUDAM). Parecer Técnico CGEAP/DIPLAN nº 06/2016. Proposta de Divisão Regional do Brasil – Regiões Geográficas (mimeo). Belém, 2016.

_____. **Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA): 2020-2023**. Belém, 2019.

TOURINHO, H. L. Z. **Estrutura urbana de cidades médias amazônicas**: análise considerando a articulação das escalas interurbana e intraurbana. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento Urbano, Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

TRINDADE JR., S.-C. C. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. **Cidades**, Presidente Prudente, Grupo de Estudos Urbanos, v.7, n. 12, p. 49-77, jul./dez. 2010.

_____. A cidade e o rio na Amazônia: mudanças e permanências face às transformações sub-regionais. Nota de Pesquisa. **Revista Terceira Margem Amazônia**, Manaus, v. 1, n. 1, p. 171-184, 2012. Disponível em: <<http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/article/viewFile/8/8>>. Acesso em: 02 set. 2019.

_____. Cidades e centralidades urbanas na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa. **Revista Cidades**, Rio Claro, v. 12, n. 21, p. 305-334, 2015.

www.sudam.gov.br

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL